

Coluna do Castello

Resultados que se conjugam

Começa a modificar-se a impressão inicial de que a esquerda dominaria a Constituinte e imporiam um modelo constitucional revolucionário ao país. A esquerda, na verdade, começou com muito ímpeto a ponto de concentrar a disputa da liderança entre representantes de matizes de uma mesma corrente ideológica de influência na opinião pública mas sem peso específico nos órgãos de decisão. A Constituinte inscreve-se entre esses últimos, embora se tenha originado de uma campanha eleitoral na qual a tônica foi a reforma-já e a modernização de toda a sociedade brasileira.



Os líderes que representavam facções da esquerda (quando se fala em facções já se dá uma idéia das dificuldades globais da corrente) conduziram as 24 subcomissões no sentido de aprovarem relatórios que impressionavam pelo conteúdo reformista das medidas preconizadas. Esses relatórios, no entanto, foram submetidos a votos e aí a situação mudou. Salvo em alguns casos, que serão dirimidos mais adiante, por uma média de dois terços de votos, a armação de uma Constituição profundamente reformista foi-se desmontando. Hoje a esquerda cai na defensiva e se prepara para dar o seu *show* não mais nas oito comissões temáticas, que moderarão as tendências, ou na de Sistematização, mas no plenário da Constituinte quando pressões populares tentarão reviver os dias inaugurais da assembléia.

Numa emenda que na parte institucional não é das mais lisonjeiras à inteligência política dos constituintes, fixou-se o mandato presidencial de cinco anos, embora no capítulo das disposições transitórias possa ser reduzido o mandato do presidente Sarney. A hipótese existe mas é cada vez mais improvável, a menos que fatores críticos independentes da composição política da assembléia conduzam a uma revisão dessa primeira vitória parcial do presidente. Estamos longe, assim, dos primeiros dias da elaboração do regimento da assembléia, quando a esquerda imaginou abreviar sumariamente por um golpe que lhe permitia votar "atos constitucionais" ou institucionais o mandato do presidente da República.

É claro que o Sr. José Sarney continuará a ter pela sua frente a expectativa de uma votação favorável ao mandato de quatro anos, o que só se tornou relevante diante de seu ato de força de fixar a duração do seu próprio mandato, faculdade que não lhe dá a atual Constituinte nem poder que lhe reconheça a Constituinte, mesmo por seus membros favoráveis ao mandato de cinco anos, como o Sr.

Ulysses Guimarães. A decisão do presidente, tomada sem conselho juridicamente competente, provavelmente inspirada em razões de poder, dificilmente estaria relacionada com seu só desejo de permanecer por mais um ano no Palácio da Alvorada. Razões políticas ainda não explicitadas devem ter determinado uma decisão que jamais poderia ter-se manifestado com a dramaticidade com que foi posta perante a nação.

Mas o fato é que o Sr. José Sarney já demonstrou sua influência na Constituinte. Note-se que, atrás da aprovação do mandato quinquenal, veio a derrubada da maioria dos pareceres que pretendiam modificar a ordem econômica e social, pela estatização dos bancos, a limitação dos juros a 12% ao ano, limitação do monopólio estatal do petróleo, a reserva de mercado deixada à lei ordinária, negada a estatização dos cartórios, e praticamente recusado o parecer do deputado Osvaldo Lima Filho sobre reforma agrária. Também foi negada a limitação do emprego dos recursos de educação a escolas públicas.

Nem tudo isto será consagrado nas novas etapas da Constituição, mas a tendência dominante foi afinal revelada e sabe-se que o PMDB, dividindo-se em cada comissão, permitiu a prevalência dos moderados e conservadores sobre os reformistas. Alguma coisa passou, como a eliminação das patentes de banco, a proibição aos bancos estrangeiros de captar recursos no país e outros itens que serão renovados mais adiante. Não se pode ainda falar numa definição final da Constituição, pois foi atravessada apenas a primeira etapa. Ainda teremos as comissões temáticas, a Comissão de Sistematização e o plenário, no qual será dada a batalha final com a mobilização de todos os recursos ao alcance das diversas correntes.

Não padece dúvida, no entanto, de que a fixação do mandato de cinco anos, num indício de vitória do presidente José Sarney, completa-se ou complementa-se com a derrubada dos pareceres reformistas. O compromisso do governo Sarney, que parece ser o mesmo de Tancredo Neves, é o de conduzir a transição democrática deixando que os partidos que dela emergirem proponham a reforma gradual das estruturas econômicas e sociais e tentem mobilizar a maioria da opinião pública e da representação política em favor das suas teses.

Jutahy Júnior

O deputado Jutahy Júnior esclarece ter ido ao presidente José Sarney, em companhia do deputado Leur Lomanto, do PFL, por recomendação do ministro chefe do Gabinete Civil, Sr. Costa Couto, a quem foi comunicar o acordo das duas bancadas, com participação do líder Carlos Sant'Anna, para redistribuição, em face dos resultados eleitorais, dos postos federais na Bahia. O ministro encaminhou os dois ao presidente e, no curso do diálogo em que se aludia a uma política de mão dupla, o Sr. Jutahy percebeu que estava em questão o mandato de quatro ou cinco anos. E perguntou isso mesmo ao presidente, que confirmou dizendo que não podia dar sem receber. A essa altura é que decidiu esclarecer ser partidário do mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Carlos Castello Branco